

CAPÍTULO 04

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – FETAES: *TRAJETÓRIAS, REDES E PODER SOB A PERSPECTIVA DO DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO*

*Sheila Perim Albuquerque Lopes¹
Márcia Prezotti Palassi²*

Resumo:

A renovação sindical no Espírito Santo contou com a expressiva contribuição dos trabalhadores rurais, que organizados em oposições sindicais, assumiram a vanguarda do movimento no estado, ao lado dos trabalhadores da construção civil, metalúrgicos, ferroviários, comerciários e bancários. Posteriormente, nucleados na Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Espírito Santo – FETAES, o segmento permaneceu expressivo no cenário político, tanto pela sua representatividade numérica, como pela natureza polêmica das questões que defende, por exemplo, a luta pela reforma agrária. Este artigo apresenta o discurso da FETAES sobre sua trajetória, redes e poder. Trata-se de uma pesquisa documental e qualitativa, com entrevistas em profundidade com cinco sujeitos indicados pela Federação, cujos resultados foram submetidos ao método do discurso do sujeito coletivo. Como resultados trazemos um mapeamento dos principais traços identitários, trajetória política, objetivos, desafios e estratégias de atuação, perfil histórico, sócio-econômico, associativo e de participação política. O confronto dos dados da literatura, com documentos e as entrevistas, apontam que a FETAES convive com antigas questões presentes na história do movimento, como a dificuldade de caracterizar seu público alvo, bem como definir suas bandeiras de luta, como a reforma agrária e a defesa da agricultura familiar. Estas surgem de forma difusa nos dados analisados, não deixando clara a opção política da FETAES para a condução da questão agrária no estado.

¹ Graduada em Serviço Social, pela UFES, pesquisadora voluntária do Laboratório de Estudos Políticos – LEP, vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ciências Sociais LEP-NEPCS-UFES.

² Doutora em Psicologia Social pela PUC-SP, professora do Departamento de Administração CCJE-UFES, pesquisadora do LEP-NEPCS-UFES e coordenadora do Observatório de Políticas e Práticas Participativas, vinculado ao Núcleo de Estudos em Tecnologias de Gestão e Subjetividades OPPP-NETES-UFES.

Palavras-chaves: Movimento Sindical, Trabalhadores Rurais, Democracia, Participação.

4.1 – Introdução

O processo de desenvolvimento no Espírito Santo que teve início nos anos 60 e se intensificou na década seguinte, foi operado através da substituição de uma economia monocultora, com ênfase na produção e exportação de café, privilegiando os investimentos na industrialização do estado através dos então denominados “Grandes Projetos Industriais”. Este padrão de desenvolvimento modernizador também se fez presente no setor agrícola, através da diversificação da produção, concentração da propriedade, alteração nas relações de trabalho e a expansão do assalariamento em detrimento da mão-de-obra familiar (ROCHA e MORANDI *apud* COLBARI, 2003).

Os impactos dessas mudanças se fizeram sentir no acelerado processo de urbanização ocorrido na década de 70, quando ocorre uma inversão no quantitativo da população urbana, que passa a superar a rural, mantendo esta característica nos anos seguintes. O que se verificou foi um processo que tanto provocou a expulsão da população rural, como exerceu uma atração pelas possibilidades de melhores empregos devido aos grandes empreendimentos, assim como maior acesso aos diversos serviços, principalmente à saúde e à educação.

As mudanças operadas no estado são parte de uma estratégia implementada em nível nacional, que estimulou a organização e a participação política de diferentes segmentos sociais, renovando o cenário sindical e político-partidário. Este foi o período em que o sindicalismo rural mais se desenvolveu no Brasil, configurando-se como uma resposta à expropriação ocorrida no campo (PALMEIRA, 2008). Também contribuiu para isto, a ação do Estado na abertura da legislação até então inibidora de seu processo de organização, porém, visando fazer do associativismo no campo uma atividade integrada ao Estado (COSTA e MARINHO, 2008).

Entretanto, apesar da repressão e da tentativa de controle, as organizações sindicais não só continuaram ativas, como ampliaram sua organização em nível nacional, nucleadas na formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores

na Agricultura – CONTAG. O projeto político da Confederação coloca a defesa da reforma agrária como bandeira de luta unificadora do conjunto de segmentos presentes no meio rural. No Espírito Santo, os trabalhadores rurais compuseram o conjunto de segmentos que formaram a base de sustentação do novo sindicalismo. Este buscava afirmar a importância do sindicato como instrumento de luta dos trabalhadores, através do movimento de contestação empreendido pelas denominadas oposições sindicais (COLBARI, 2003). O surgimento da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Espírito Santo – FETAES ocorre neste período, colocando a reforma agrária como bandeira de luta, articulada à proposta política formulada pela CONTAG (FETAES, disponível em www.fetaes.org.br; acesso em março de 2009)

Entretanto, as transformações que ocorreram no mundo do trabalho na década de 90 no Brasil, provocadas pelas mudanças tecnológicas, novas formas de organização e gestão do trabalho dentre outras, enfraqueceram as conquistas históricas do movimento sindical (PALASSI et. al., 2009), contribuindo para o enfraquecimento de alguns sindicatos.

Esta situação também se faz presente no meio rural, somadas as outras situações específicas do setor, como a acelerada diminuição da importância da agricultura na formação da renda dos familiares dos agricultores (GRAZIANO DA SILVA *apud* FAVARETO, 2006); a concentração e especialização na agricultura em produzir *commodities* (FAVARETO, 2006) e a descentralização de várias políticas públicas com impactos para a qualidade de vida das populações dos pequenos municípios e para a participação social nos mecanismos de gestão dessas políticas (ABRAMOVAY *apud* FAVARETO, 2006).

Este contexto gera mudanças nas bandeiras de luta até então adotadas e na relação com o governo, colocando a expansão e o fortalecimento da agricultura familiar, como projeto alternativo de desenvolvimento no meio rural, procedendo assim, a mudanças significativas na dinâmica do movimento. Portanto, conhecer como as práticas dos sujeitos coletivos interferem nas decisões dos governos estaduais é relevante para conhecer o processo de desenvolvimento e aperfeiçoamento da democracia.

O sujeito coletivo, ao mesmo tempo em que sinaliza a presença de um sujeito individual do discurso, expressa também uma referência coletiva quando este sujeito singular fala *pela* ou *em nome* de uma coletividade, expressando o pensamento do sujeito coletivo, ou seja, um pensamento social. O pensamento coletivo se configura então, como um idioma que viabiliza e permite a troca entre indivíduos distintos de uma mesma cultura, o qual é obtido individualmente, por abstração, com base em um conjunto de falas individuais de sentido semelhante ou complementar, visando expressar e representar um pensamento coletivo.

Sendo assim, o pensamento coletivo pode ser traduzido como um conjunto de discursos sobre um tema, o qual dá luz ao conjunto de individualidades semânticas componentes do imaginário social. Sintetizando, o discurso do sujeito coletivo é uma maneira de fazer a coletividade falar diretamente (LEFRÈVE, F; LEFRÈVE, A.M.C., 2005). Para isso é necessário adotar uma metodologia de pesquisa que permita a construção deste discurso. O conceito de *discurso* do sujeito coletivo refere-se a “uma proposta de organização e tabulação de dados qualitativos de natureza verbal, obtidos de depoimentos, artigos de jornal, matérias de revistas semanais, cartas, *papers*, revistas especializadas, etc.” (LEFRÈVE, F; LEFRÈVE, A.M.C., 2005, P. 15).

Sendo assim, apresentamos este artigo, que faz parte de uma pesquisa maior, cujo objetivo principal é “conhecer o potencial de algumas instituições no Espírito Santo para produção de coalizões políticas e a natureza dessas coalizões, bem como suas ações e estratégias para sustentação do poder político estadual.” (Projeto FACITEC, 2008-2009). A pesquisa contempla dois objetivos específicos: 1) mapear os principais traços identitários, trajetórias políticas, objetivos e estratégias de atuação das instituições selecionadas e; 2) identificar como se constituem as redes de articulação dessas instituições entre si, assim como os vínculos e articulações que elas estabelecem com o poder político e a burocracia pública estadual (Projeto FACITEC, 2008-2010). Para atingir os objetivos, a pesquisa abordou catorze instituições representativas da sociedade civil capixaba, sendo uma delas a FETAES.

A relevância deste artigo está relacionada a pouca produção científica sobre a organização dos trabalhadores rurais no Espírito Santo, bem como para o sindicalismo rural capixaba, tendo em vista a sua representatividade.

4.2 – Revisão de Literatura

O chamado “novo sindicalismo” no Brasil foi assim denominado para indicar o movimento ocorrido ainda no contexto da ditadura, quando emergiram novas lideranças que através de experiências inovadoras, passaram a questionar fortemente a tradição sindical anterior.

A análise sobre a dinâmica e estrutura deste movimento coloca ênfase em seu desenvolvimento no espaço urbano, verificando-se menor quantidade de estudos sobre a influência da vertente rural neste processo. Entretanto, os dados referentes ao número de sindicatos e filiados é um indicador da importância da vertente rural do sindicalismo brasileiro, bem como a importância do novo sindicalismo para este segmento. Ou seja, no universo de 10.286 entidades sindicais, 3.911 são rurais, representando 38% do total, com 9,1 milhões de trabalhadores (IBGE, 2001, *apud* FAVARETO, 2006).

A organização dos trabalhadores rurais é um processo marcado por particularidades que se constituíram senão em obstáculos, mas em desafios para a consolidação de entidades que representassem os interesses do setor. Uma delas refere-se à própria opção pelo sindicato como forma de organização da categoria. Enquanto nos países europeus e na América Latina os trabalhadores se aglutinaram em cooperativas, organizações profissionais, movimentos camponeses e frentes agrárias, a opção do segmento no Brasil foi pela formação de sindicatos. Outro aspecto que confere especificidade e importância ao movimento é que a principal base social e os principais quadros dirigentes desses sindicatos foram os produtores familiares e não os assalariados rurais (FAVARETO, 2006).

A opção por este modelo de organização, por sua vez, também trouxe em seu bojo uma questão polêmica quanto à definição do “operário” na agricultura, considerando a diversidade de sujeitos presentes no meio rural, incluindo grandes e pequenos produtores, colonos, arrendatários e moradores. Esta polêmica favorecia os interesses dos proprietários de terra em caracterizar uma

relação de sociedade com seus subordinados, argumento que justificava a formação do sindicato como desnecessária, uma vez que não existiam operários no campo (MEDEIROS, 1997).

Os impactos mais significativos para a agricultura brasileira ocorreram na década de 60 pela via da modernização conservadora, que modificou tanto a base técnica e produtiva da agricultura quanto o desenho das classes sociais, na medida em que se intensificou a integração entre os capitais agrário, industrial e financeiro e em que houve mudanças nas políticas públicas³. Neste período foram implantadas legislações específicas para o campo, através do Estatuto do Trabalhador em 1963 e Estatuto da Terra em 1964.

A fim de tornar possível sua intervenção direta na organização sindical rural, o Estado definiu novos conceitos a partir dos Estatutos acima referidos - latifúndio, minifúndio, empresa rural, arrendamento, parceria, colonização - que se tornaram referência para a formação de novas identidades no campo (PALMEIRA, 2008). Além disso, todo este contexto favoreceu a construção de uma identidade entre os pequenos produtores rurais vinculada à esfera do trabalho, embora também se encontrassem na condição de proprietários de terra e detentores de meios de produção (MEDEIROS, 1997).

No período após o golpe militar, ocorre a estruturação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG que, além da luta pela reforma agrária e da luta por direitos trabalhistas, buscou incluir os interesses do pequeno produtor em sua bandeira de luta, o que significava incorporar reivindicações referentes a preços mínimos, comercialização, etc. O interesse era construir uma unidade entre os diversos segmentos, uma vez que a ameaça de criação de uma representação própria dos produtores rurais sempre esteve presente em sua trajetória.

A CONTAG teve um papel importante para reforçar a identidade deste segmento enquanto trabalhador, explicitando a dominação e a exploração a que estavam submetidos. Tal postura foi lastreada no contexto dos governos militares, quando os pequenos produtores sofreram uma intensa diferenciação

³ O processo de modernização da agricultura caracteriza-se por mudanças que foram na base técnica da produção agrícola através da introdução de tecnologias, máquinas e insumos mais avançados que substituem as formas tradicionais de produção presentes no meio rural.

econômica que provocou sua pauperização e perda das propriedades. A partir disso, foram organizadas mobilizações direcionadas para a ocupação de terras, que mais tarde deram origem ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST (MEDEIROS, 1997).

Este momento histórico é marcado por duas importantes características. Uma delas está ligada ao fato de que, neste período, os conflitos de terra continuaram a ocorrer de forma isolada, dificultando o enfrentamento da repressão. Assim, diante deste quadro a CONTAG criou novas estratégias de luta, através do resgate de algumas bandeiras do período anterior, como a defesa dos direitos trabalhistas. Entretanto, a mais importante foi a defesa da reforma agrária como uma proposta unificadora das reivindicações oriundas do conjunto de segmentos do meio rural, o que a colocou como porta-voz de uma bandeira significativa para os setores progressistas da sociedade brasileira (FAVARETO, 2006).

Outra característica refere-se à forma de condução das reivindicações, que passou a respeitar os limites da lei, com referência no Estatuto do Trabalhador Rural que, ao mesmo tempo, reconhecia o conflito social agrário e norteava de forma rígida a maneira como deveria ser tratado. Assim, a nova estratégia de encaminhamento dos problemas se pautava pela prudência sindical e pelo legalismo, ou seja, através da denúncia e da cobrança do cumprimento dos direitos previstos em lei (ibidem).

Outros aspectos marcantes do período foram a instituição da unidade sindical e do imposto sindical compulsório e na medida em que o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural - FUNRURAL permitia a celebração de convênios para atendimentos relacionados à saúde, por exemplo, foi sendo moldada uma política sindical assistencialista. A ruptura com as características combativas do sindicalismo do período anterior ao golpe, só não se realizou plenamente devido à ação da Igreja Católica, que persistiu no movimento e contribuiu para a crítica do sindicalismo conforme vinha se consolidando. Desta forma, a referida instituição contribuiu para que permanecessem traços existentes no sindicalismo pré-golpe, utilizando seu poder de influência para proteger os dirigentes e dar visibilidade às denúncias (ibidem).

Em seu trabalho através dos agentes da Pastoral da Terra, a Igreja contribuía para a formação de uma identidade entre os membros das comunidades rurais, trabalhando a participação, a mobilização e a consciência da realidade social. Por outro lado, fazendo emergir uma postura crítica àquela forma de ação sindical legalista que estava se consolidando. Isso evitou a dispersão de temas e frentes de luta, potencializada pela diversidade de situações de trabalho no campo (NOVAES *apud* FAVARETO, 2006).

O enfraquecimento da ditadura abriu espaço para a formação de uma agenda unificadora em torno da reforma agrária, dos direitos trabalhistas, o fim da violência no campo e a crítica à estrutura sindical oficial. O latifúndio, o patronato, os agentes de violência e as empresas colonizadoras eram colocados como centro da oposição. Estes foram os temas e bandeiras que nortearam a consolidação do novo sindicalismo rural e sua articulação com as correntes que iriam formar a Central Única dos Trabalhadores (CUT) (FAVARETO, 2006).

Importante ressaltar neste período, a ação do segmento integrado à agroindústria, que passa a se mobilizar adotando novas formas de ação, a realização de greves, por exemplo, que estimularam o surgimento de oposições sindicais e a busca de alternativas de organização em nível local como forma de enfrentar seus problemas imediatos.

Ao serem criadas as centrais sindicais, uma parcela significativa dessas oposições aderiu à Central Única dos Trabalhadores - CUT. Entretanto, as bandeiras de luta deste segmento, voltadas para a demanda por créditos e preços mínimos para seus produtos, fizeram com que seu espaço de representação fosse objeto de questionamentos⁴ (MEDEIROS, 1997). A argumentação das lideranças rurais destacava as semelhanças do meio rural com o mundo do trabalho, caracterizando o pequeno produtor como trabalhador e o papel significativo que esses segmentos tiveram na construção da Central no campo, onde as principais lideranças eram pequenos produtores.

⁴ CUT formulava os seguintes questionamentos: Cabe à CUT lutar por preços mínimos, organizar a comercialização ou propor uma política agrícola? Qual a diferença entre pequenos proprietários rurais e os pequenos empresários urbanos, como o feirante, o dono do botequim, da oficina, etc? Seria correto a CUT abranger em sua estrutura o sindicalismo desses pequenos empresários? (TARSO *apud* MEDEIROS, 1997).

Assim, a conquista de um espaço na CUT, foi objeto de disputa entre os setores representados pelos trabalhadores de empresas urbanas e os segmentos do meio rural que também incluíam os pequenos produtores, destoando da relação clássica formada por patrões e empregados, pois os pequenos produtores também eram detentores dos meios de produção. Este debate ocorreu em vários espaços de discussão, em que a pequena produção foi paulatinamente incorporada como um tema nacional e não só restrito a uma determinada região e às políticas agrícolas (ibidem).

A partir dos anos 90 ocorreram profundas transformações no cenário econômico brasileiro, impondo novos desafios ao movimento sindical devido às novas tecnologias, o desemprego, as novas estratégias gerenciais e a crise fiscal dos Estados, com reflexos extremamente negativos para o mundo do trabalho. O principal deles refere-se à redução do emprego assalariado, substituído pelo trabalho autônomo e precarizado, aspectos que contribuem para a fragilização dos sindicatos. Neste contexto, o emprego e o trabalho ocupam o lugar privilegiado nas lutas antes direcionadas a melhores salários (COLBARI, 2003).

No setor rural estas mesmas questões se fizeram presentes, agregadas as outras específicas do setor. No âmbito institucional ocorre uma mudança de postura do Estado na mediação das situações de conflitos e relacionadas à produção. O Estado passa a selecionar as demandas em função de sua representatividade para os rumos da economia e do poder de pressão dos atores envolvidos. Além disso, as relações sociais que sustentavam os padrões de dominação e de acumulação alteraram-se significativamente, levando o novo sindicalismo a assumir a bandeira da expansão da agricultura familiar como projeto alternativo, em detrimento das antigas lutas relacionadas à reforma agrária, à política agrícola e direitos trabalhistas (FAVARETO, 2006).

O resgate da trajetória do sindicalismo rural demonstra que se trata de um processo em que se colocaram desafios similares à organização dos trabalhadores urbanos, porém, com suas especificidades. Uma delas refere-se aos aspectos identitários: quem é o “trabalhador rural”? A dificuldade em defini-lo está relacionada à grande diversidade de condições de trabalho existentes no campo, onde a tentativa de conceituação incluiu como assalariados tanto os

colonos do café, como moradores das áreas canavieiras do Nordeste, trabalhadores na lavoura de cacau, etc. Estes trabalhadores, ao mesmo tempo em que vendem sua força de trabalho nos moldes dos trabalhadores urbanos, muitas vezes têm acesso a um lote de terra para o cultivo próprio, de modo que existe a possibilidade de comercialização de seus produtos, o que extrapola a definição clássica de trabalhador assalariado.

No que diz respeito à organização do sindicalismo rural, a apropriação da bandeira da agricultura familiar como alternativa para unificar diversos segmentos rurais e superar a generalidade da categoria trabalhadora rural, tem operado um movimento crescente para a criação de organizações específicas, com indícios de uma aproximação maior com o Estado (FAVARETO, 2006).

Quanto à questão política, a tendência que tem sido verificada é a substituição da bandeira de uma reforma agrária ampla, para uma proposta de se efetuar poucos assentamentos. Este e os aspectos assinalados anteriormente indicam que as contradições presentes no conjunto de forças do movimento social rural não foram aplacadas e, sim, recompostas e reequacionadas (FAVARETO, 2006).

4.3 – Metodologia

A metodologia utilizada conjugou a coleta de dados através de entrevistas em profundidade, com cinco atores considerados mais representativos da FETAES e realizadas no período de outubro de 2008 a março de 2009, com documentos da federação, como o estatuto e publicações específicas. Para análise e sistematização dos dados das entrevistas recorreremos ao método qualitativo denominado Discurso do Sujeito Coletivo – DSC, desenvolvido por Fernando e Ana Maria Lefrève, no final de 1990, que permite aglutinar os depoimentos dos entrevistados, “... para descrever o sentido dos discursos presentes em pesquisas de representação social...”, por eles compreendida como “a expressão do que pensa ou acha determinada população sobre determinado tema” (LEFÈVRE & LEFÈVRE, 2005: p. 25 e 30).

Visando evitar possíveis distorções dos conteúdos das entrevistas, agrupam-se as principais idéias em expressões-chave, relacionando-as aos discursos elaborados. Esta construção é realizada buscando extrair a essência das idéias

expressas pelos entrevistados, articulando-as em um todo coerente, o que confere uma artificialidade ao discurso, porém apoiado na fala real das pessoas, registradas em áudio e transcritas de forma literal.

O roteiro de entrevista contempla a percepção dos sujeitos sobre a razão de ser da FETAES (características que a especificam em relação às demais federações, objetivos, políticas e estratégias adotadas a partir de 1995); os valores éticos e políticos que norteiam a conduta de seus membros no que tange à normatividade democrática (circulação interna de informação, participação dos associados ou das bases na formulação de políticas e estratégias, mecanismos internos de controle e sanção, concepção de improbidade administrativa, etc.); bem como a pré-disposição ou indisposição para estabelecer parceria com as instituições citadas na entrevista pelas entrevistadoras, para a concretização de determinados fins. A seguir são apresentados os resultados obtidos no discurso deste sujeito coletivo.

4.4 – Resultados

O Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Espírito Santo iniciou-se nos anos 60, inspirado pelos exemplos que aqui chegaram das "Ligas Camponesas"⁵, atuantes no Nordeste do país. A aglutinação dos sindicatos dos trabalhadores rurais ocorreu primeiramente pela formação da União dos Lavradores do Espírito Santo, colocando a reforma agrária como bandeira de luta. Posteriormente, em 1967, com a presença de representantes de 16 Sindicatos Rurais, foi formada a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Espírito Santo – FETAES, com a finalidade de representá-los. Atualmente sua estrutura abrange 52 sindicatos filiados, 19 extensões de base e aproximadamente 300 mil trabalhadores e trabalhadoras associadas ao sistema (FETAES, 2008).

No que diz respeito à sua constituição, existe uma lacuna no que se refere ao contexto em que foi formada, não se encontrando dados significativos, tanto em documentos da FETAES como no relato das entrevistas realizadas.

⁵ Para Francisco Julião, o sindicato e as Ligas Camponesas eram organizações destinadas a diferentes categorias de trabalhadores rurais: os sindicatos que aglutinariam as reivindicações dos assalariados e as Ligas seriam o meio para que os camponeses questionassem a estrutura fundiária (JULIÃO, *apud* BARROS, 1986).

Os resultados da pesquisa descritos abaixo foram obtidos através de documentação específica e entrevistas com cinco representantes da Federação, cuja trajetória política se caracteriza pela atuação na direção da FETAES, liderança ligada à igreja, atuação político-partidária e atuação em sindicato de base.

4.4.1 – Traços Identitários

A FETAES se considera uma entidade com peso significativo no sindicalismo capixaba. Conforme documentos oficiais, ela representa em torno de 300 mil trabalhadores agrupados em 52 sindicatos, caracterizando-se como a maior entidade representativa de uma mesma categoria no Estado, conforme demonstra o discurso do sujeito coletivo a seguir:

É a maior organização que o estado tem hoje. Representamos em torno de 400 mil trabalhadores no estado e aproximadamente 100 mil deles são associados aos sindicatos, que são filiados à Federação. O que nos caracteriza é que hoje existem muitos movimentos, mas os trabalhadores, em nível de entidade organizada é a Federação dos Trabalhadores [que representa]. Nós trabalhamos com dois públicos dos trabalhadores rurais, sendo ele [o] agricultor familiar e [o] assalariado rural. Nós temos hoje 52 sindicatos no estado, sendo todos filiados a Federação, e cada um desse sindicato representa todo aquele povo lá no município (DSC: entrevistas realizadas entre outubro de 2008 a janeiro de 2009).

O discurso acima denota ainda outro aspecto presente na literatura e que foi uma constante na história dos movimentos sociais rurais, na medida em que são destacados dois públicos: um formado pelos trabalhadores rurais e o outro pelo agricultor familiar como alvo das ações da Federação. Este último tem se apresentado como de difícil caracterização, pois envolve o pequeno e médio agricultor que em alguns casos podem ter empregados prestando serviços em sua propriedade, o que de certa forma abre a possibilidade de se caracterizar uma categoria específica, paralela à organização dos assalariados rurais. Esta diversidade é confirmada de forma ainda mais significativa no discurso do sujeito coletivo seguinte, em que é destacada a necessidade da FETAES ter uma pauta de negociação extensa para atender os vários segmentos do setor rural e suas demandas específicas, colocadas como alvo de suas ações:

O público da Federação, digamos os clientes, são pequenos agricultores, são os meeiros, são os diaristas, os assalariados rurais, os acampados, os assentados, os aposentados rurais. Então a luta, o que nos diferencia, [é que] a nossa pauta é muito específica e são intermináveis [em suas reivindicações]. A FETAES acaba se destacando pela riqueza das pautas de negociação e das políticas que buscamos fazer para melhorar a vida dos nossos agricultores, agricultoras, dos nossos assentados, dos trabalhadores, das trabalhadoras, enfim, todos os que estão no campo. Então [isso] faz com que a nossa Federação seja diferente (DSC: entrevistas realizadas entre outubro de 2008 a janeiro de 2009).

No discurso da FETAES não parece haver uma preocupação em construir uma bandeira comum de reivindicação, capaz de unificar as diferentes lutas dos diferentes setores rurais. Tal iniciativa poderia ser uma estratégia de criação de uma determinada identidade e solidariedade entre os mesmos e, conseqüentemente, fortalecimento da federação enquanto representante desse público.

4.4.2 – Trajetória

É interessante ressaltar que a tendência verificada no sindicalismo rural no Brasil voltou-se para a adoção da agricultura familiar como a identidade que sintetizaria o conjunto de forças presentes nos movimentos sociais rurais, o que parece não se confirmar no caso do Espírito Santo. Ao contrário, a análise do Estatuto Social da FETAES em seus artigos 45º e 46º, indica que a proposta da federação é contemplar a diversidade de segmentos, tendo em vista que se estrutura em Secretarias com a competência para atuar nas lutas do segmento da agricultura familiar, nas políticas agrárias e dos assalariados rurais; assim como naqueles aspectos relacionados às políticas sociais – previdência social, saúde, assistência social, habitação, etc. Por outro lado, não fica claro no discurso, se a referida estrutura é suficiente e atua de forma efetiva para viabilizar as lutas propostas.

Neste amplo universo de atuação, contando com um grande número de trabalhadores sindicalizados agrupados em diferentes segmentos sociais, há uma preocupação da FETAES em adotar procedimentos para oportunizar a participação de seus filiados. Desta forma, os trabalhadores da base, segundo o discurso abaixo, participam da eleição dos dirigentes da Federação de forma direta, sendo esta uma postura inovadora no país, uma vez que entre as 27 federações existentes no Brasil, esta é a única que adota este procedimento.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Espírito Santo é a primeira entidade sindical do país de segundo grau a realizar eleições diretas, ou seja: o trabalhador rural sócio em seu sindicato em seu município, votando na direção do sindicato e ao mesmo tempo votando na diretoria da Federação. [Entre] 27 Federações do país, a FETAES é a primeira a realizar essa eleição direta (DSC: entrevistas realizadas entre outubro de 2008 a janeiro de 2009).

A aproximação com os diversos segmentos que fazem parte da FETAES é possibilitada devido à sua grande capilaridade, uma vez que está representada em quase todos os municípios do Estado e adota alternativas nos locais onde a estrutura organizacional não está consolidada. Na visão da FETAES, esta forma de organização e atuação dentro da legalidade, são aspectos que não só contribuem para o seu fortalecimento e um maior poder de articulação e visibilidade, como a torna singular perante as demais instituições, conforme pode se observar no discurso a seguir:

Nós estamos representados em todos os municípios do estado [exceto] em Vitória e em Vila Velha. Nos demais municípios, quando não tem o sindicato, tem a sub-sede com um funcionário e um diretor representando nossa categoria. [Então], a Federação tem um poder muito grande de articulação, de mobilização, de negociação e de chamar a atenção da mídia, isso tudo sem fazer baderna, fazendo a coisa dentro da legalidade e tendo bons resultados. Então, acaba sendo um nosso diferencial perante outras organizações [e] a gente acaba saindo muito fortalecida com isso (DSC: entrevistas realizadas em outubro de 2008 e janeiro de 2009).

4.4.3 – Redes e Poder

A reforma agrária e o fortalecimento da agricultura familiar são apontados como os principais objetivos da FETAES, vindo a seguir questões organizativas voltadas para as mulheres, para os jovens e a preocupação com as políticas sociais, conforme ilustra o discurso do sujeito coletivo, a seguir:

A reforma agrária é a primeira bandeira de luta, um dos objetivos maiores da Federação porque precisa ter terra para todos. [Então,] trabalhar a redistribuição de terra a nossa primeira agenda sindical. É fazer com que essa política da reforma agrária aconteça de fato e fazer atingir nossos trabalhadores nas nossas comunidades, enfim, todas as pessoas que

necessitam de um pedaço de terra para poder plantar e sustentar sua família. Então, a reforma agrária é uma bandeira que há muitos anos vem se discutindo, e com muita luta a gente vem fazendo esse trabalho.

Nós entendemos que, a partir de um momento em que se tem uma reforma agrária bem sucedida, automaticamente, os problemas da sociedade vão reduzir. Lógico, uma reforma agrária conduzida com responsabilidade, com pessoas idôneas pra os trabalhadores responder e ser responsabilizados por todo o apoio que possam receber de apoio de políticas do governo no processo de reforma agrária. Temos uma meta de assentar no Espírito Santo mais de 200 famílias que estão acampadas e precisam ser assentadas e o crédito fundiário está aí e colabora com o processo.

A segunda bandeira da Federação é o fortalecimento da agricultura familiar para que ela se fortaleça mais e não se diminua, e que ela consiga crescer. E aí quando a gente fala em fortalecimento da agricultura familiar, a gente pega vários pontos como: assistência técnica, a comercialização, a organização da produção com a questão do associativismo e cooperativismo com cooperativas de comercialização, produção e de crédito; e aí vem às outras bandeiras mais, vamos dizer que são continuação, que entra a questão da organização das mulheres rurais, a organização dos jovens, as políticas sociais como a previdência social rural, a saúde, a educação, a habitação rural que é uma pauta nossa. Então, na verdade seria esse carro chefe: reforma agrária, depois vem o fortalecimento da agricultura familiar e aí depois vêm outros caminhos que se abrem na questão da organização dos agricultores. Então, a chave seria mesmo esse percurso (DSC: entrevistas realizadas entre outubro de 2008 a janeiro de 2009).

A reforma agrária é um aspecto presente nos temas debatidos pela FETAES desde sua criação, como também é o principal eixo das lutas dos movimentos sociais rurais em geral no Brasil. Em seu Estatuto Social, a FETAES detém uma Secretaria para tratar deste tema e outra para a agricultura familiar, conforme descrito nos artigos 45º e 46º respectivamente.

Entretanto, o discurso do sujeito coletivo abaixo deixa pouco claro a estratégia da federação para lidar com esta questão, uma das suas principais bandeiras de luta:

[Quanto] a questão da reforma agrária, nós trabalhamos dois tipos de reforma agrária; um é a tradicional, que é esse que a gente leva as pessoas a ocupar a terra, e o INCRA desapropria desde que julgada improdutiva e

assenta aquelas famílias. A outra, é a reforma agrária mais no sentido de compra de terra, não é a reforma agrária assim diretamente tradicional com desapropriação. Essa é a compra de terra através do programa de crédito fundiário; forma-se uma associação [que] compra um pedaço de terra e divide pra aquela associação e o Banco Mundial financia isso a fundo perdido (DSC: entrevistas realizadas entre outubro de 2008 a janeiro de 2009).

Um traço importante que se observa no discurso acima se refere aos encaminhamentos diferenciados para lidar com a reforma agrária, ou seja, através da ocupação e da compra pelo crédito fundiário. Um aspecto importante a salientar é que, a partir dos anos 90, a pressão pela realização da reforma agrária passou a ser executada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, caracterizado como um movimento não sindical que produziu uma nova identidade política: sem terra (MEDEIROS, 1997). Assim, a luta pela reforma agrária passa a ser associada ao MST que, adotando novas estratégias, estabelece um contraponto com as formas de encaminhamento adotadas pela CONTAG e as federações baseadas em um excessivo legalismo (FAVARETO, 2006). Neste sentido, pode-se indagar qual seria a posição da FETAES na condução do tema, tanto em sua relação com o Estado, como com os sindicatos que formam sua base, no que tange ao papel por eles desempenhado no processo.

No que diz respeito à agricultura familiar, o discurso do sujeito coletivo destaca a importância de conseguir visibilidade para o setor e sua importância para a economia capixaba, caracterizada como predominantemente familiar e, para tanto, coloca como uma de suas estratégias a pressão exercida junto ao governo:

Olha, uma coisa que faz a gente ter força pra gente negociar, é mostrar a força da agricultura familiar no Espírito Santo, porque hoje, 70% ou até mais do que a população urbana consome é produzido pela agricultura familiar. A maioria da economia dos municípios do interior do estado, se não tivesse a agricultura familiar, esses municípios não existiriam. Se não existisse um exemplo a agricultura familiar no município de São Gabriel da Palha, o comércio de São Gabriel não existia, o Banco do Brasil não ia ter lá, a Agência da Caixa Econômica não iria existir. Então isso é uma forma de nós pressionarmos o governo pra ele fortalecer mais essa agricultura. Então, além da gente fazer essa questão do embate com a pauta de

reivindicações, a gente mostra pro governo em números que é importante o setor e tem que investir nele (DSC: entrevistas realizadas entre outubro de 2008 a janeiro de 2009).

O discurso destaca também a necessidade de pressionar os órgãos públicos, porém, via participação das bases e realização de eventos por iniciativa própria ou em parceria com outras organizações, visando sensibilizar a sociedade sobre as demandas do meio rural:

Nós temos uma interlocução com o governo estadual, federal e alguns municípios pra poder estar negociando constantemente. Às vezes, quando a negociação começa a se amarrar, nós utilizamos da mobilização, de botar gente na rua, pra forçar a negociação (DSC: entrevistas realizadas entre outubro de 2008 a janeiro de 2009).

A FETAES trabalha ainda no sentido de ampliar os objetivos já alcançados, principalmente no que se refere ao aumento de recursos do Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar, buscando conferir visibilidade também para as reivindicações:

Esse ano, na negociação que nós fizemos em Brasília, com uma ação de massas que o movimento sindical faz todos os anos, onde nós colocamos mais de 5 mil trabalhadores, negociamos lá 13 bilhões para a agricultura familiar. Então, montar essa pauta e ir pro governo começar a negociar. E ai usa-se a ferramenta do Grito da Terra, que é a ferramenta principal, onde é no Grito da Terra que a gente entrega a pauta para o governo e o governo nos dá a resposta. E ai, trabalhamos tanto no executivo como no legislativo, pois tem muita coisa que o governo quer fazer, mas que depende dos deputados pra poder fazer. Então no legislativo a gente também trabalha com eles, pressionamos eles, negocia com eles, faz o lobby pra poder essas leis ou essas conquistas saírem. Essa é a forma que a gente tem de chegar e buscar de cumprir nossos objetivos (DSC: entrevistas realizadas entre outubro de 2008 a janeiro de 2009).

A hierarquia de prioridades nas bandeiras de luta da FETAES inclui outros temas além dos anteriormente citados que se refere às questões organizativas voltadas para as mulheres, os jovens e implementação de políticas públicas como a habitação rural. Além de garantir os direitos, a FETAES considera que também é necessário trabalhar a capacitação dos trabalhadores de forma

integrada, atingindo os diversos segmentos. Para tanto, a federação buscou articular todas as ações que vinham sendo empreendidas de forma isolada, contemplando todas as áreas do movimento sindical, com destaque para os assuntos ambientais e a formação de lideranças.

A FETAES também valoriza o associativismo como aspecto relevante para seu fortalecimento, conforme discurso a seguir:

[Outro aspecto] é o associativismo que, para nosso brasileiro é muito fácil em falar, mas na hora de trabalhar é muito difícil, porque o individualismo é muito forte. Eu faço os exemplos dos acampados, que debaixo de uma lona eles repartem um ovo no meio, mas depois que são assentados e entram no lote, ai cada um se divide (DSC: entrevistas realizadas entre outubro de 2008 a janeiro de 2009).

Outra estratégia da FETAES é o estímulo à adoção de práticas coletivas, estimulando a formação de associações e cooperativas de crédito, atividades específicas voltadas para as mulheres e os jovens:

[Quanto à] política agrícola, nós temos que trabalhar o associativismo e então nós fomentamos associações. [Além disto,] trabalhamos o cooperativismo, onde nós temos as cooperativas de crédito e comercialização, onde acreditamos que isso é importante e estamos trabalhando mostrando que isso tem jeito de se fazer.

[Finalmente,] nós estamos trabalhando, com o nosso consórcio da juventude, com as plenárias da juventude, mostrando para o jovem determinados consórcios de empreendimentos que já estão começando a dar certo. E com as mulheres nós estamos mostrando a força delas, com a Marcha das Margaridas nas suas caminhadas na cidade (DSC: entrevistas realizadas entre outubro de 2008 a janeiro de 2009).

Além dos objetivos e estratégias adotadas para alcançá-los, a pesquisa abordou o potencial da federação para a produção de articulações políticas, seus limites e possibilidades para estabelecer acordos e empreender ações conjuntas com as seguintes instituições da sociedade civil capixaba:

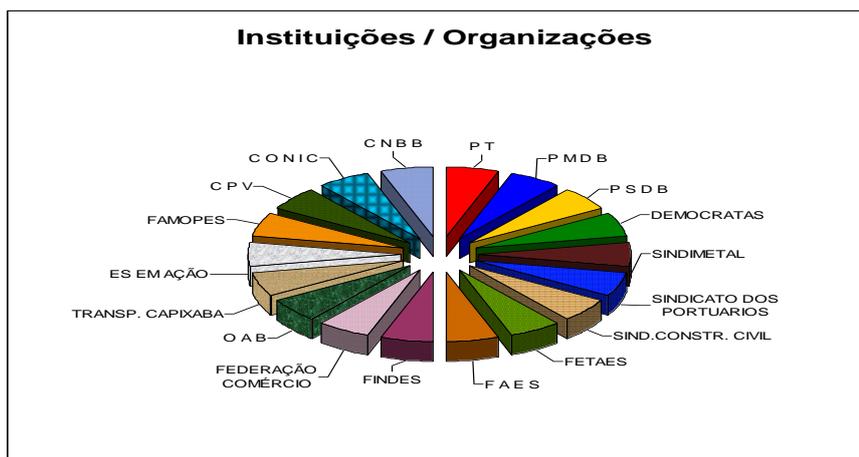


Gráfico 03 – Instituições e organizações selecionadas para pesquisa

Os entrevistados apontaram as instituições que já realizaram ações conjuntas com a FETAES, àquelas que a federação apóia, mantém maior interlocução e possui maior afinidade e às quais se aliaria para apoiar ações do governo. Os resultados foram sistematizados no Gráfico: 04, abaixo, com os círculos representando a gradação alta (círculo amarelo escuro), média (círculo verde) e baixa (círculo amarelo claro):

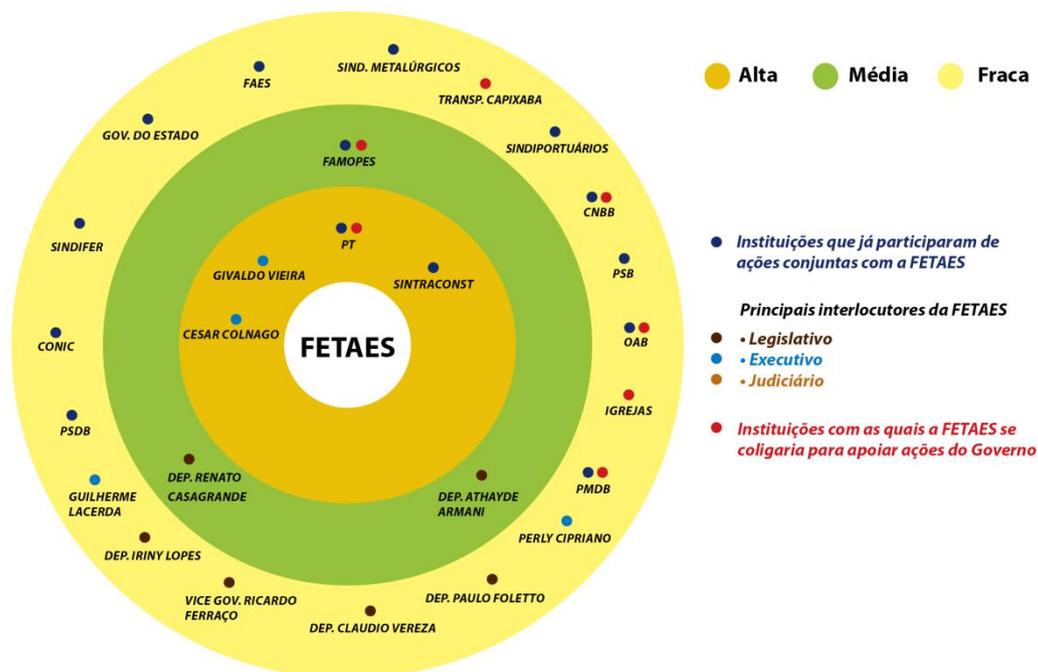


Gráfico 04 – FETAES versus Instituições/Organizações segundo o grau de articulação possível de ser estabelecido

Conforme é possível observar, apenas duas instituições e duas personalidades públicas são mencionadas como mais próximas à Federação. Entretanto, o Partido dos Trabalhadores se destaca na medida em que, além do grau alto de proximidade, também é a única neste nível com a qual a FETAES trabalharia em parceria para apoiar ações de governo. Em segundo lugar no grau de proximidade é mencionada a Federação das Associações de Moradores do Espírito Santo – FAMOPES – com um potencial mediano de articulação. Ainda no quesito referente a possíveis coligações, a Federação aponta um conjunto de instituições formado pela Transparência Capixaba, Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB – Ordem dos Advogados do Brasil – OAB – Igrejas e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB – porém, em um nível fraco de articulação.

Considerando o grau intermediário de aproximação, a federação também demonstra um posicionamento restrito, na medida em que somente menciona dois representantes do legislativo e uma instituição, observando-se que os primeiros são colocados como principais interlocutores e os segundos, como interlocutor e possível parceira para o desenvolvimento de ações conjuntas. Vale mencionar que um dos políticos citados tem uma forte ligação com a Federação da Agricultura e da Pecuária do Espírito Santo – FAES – sendo considerado seu representante no legislativo estadual.⁶

Finalmente, no nível mais distante a instituição elenca um número significativo de instituições e representantes do executivo e do legislativo, porém, dos dezoito citados, somente cinco foram colocadas como possíveis parceiros para o desenvolvimento de ações conjuntas.

Os aspectos assinalados permitem inferir que a FETAES se posiciona de forma restrita em relação a uma atuação em rede e com pouca disposição para a produção de coalizões políticas. Entretanto, considerando a complexidade dos temas que fazem parte da sua agenda, este aspecto carece de aprofundamento no sentido de se constatar se esta é uma posição política da federação, ou uma fragilidade das suas estratégias de atuação.

⁶ Trata-se do Deputado Estadual Athayde Armani.

4.4.4 – Princípios que Pautam as Práticas da FETAES e a Conduta dos Seus Membros

Neste item, procurou-se identificar as práticas da FETAES, considerando os aspectos democráticos e possibilidades de participação das bases na construção dos objetivos, estratégias e compartilhamento de informações. Além disso, foram identificados os valores que a federação privilegia na conduta dos seus membros e as atitudes consideradas inaceitáveis.

Segundo o seu Estatuto Social as instâncias deliberativas da FETAES são o Congresso Estadual dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, o Conselho Deliberativo, a Diretoria, o Conselho Fiscal e a Comissão Estadual de Ética, sendo que as atribuições desta última não constam no estatuto. Para ser filiado, o trabalhador deve comprovar que sua atividade principal é o trabalho rural e ser filiado ao sindicato local. No que diz respeito à participação na Federação, é necessário que o sindicato desenvolva um trabalho político significativo e tenha representatividade na região. Em relação ao agricultor familiar, não são aceitos aqueles que possuem meeiros; porém, se o agricultor proceder à divisão da produção de forma equitativa com o trabalho do meeiro, será considerado trabalhador rural. Aí, esse sindicato fortalecido com associados, automaticamente tem uma diretoria; essa diretoria filia esse sindicato na Federação, e esse sindicato, dependendo do trabalho político dele, ele indica uma pessoa daquele sindicato, com comum acordo daqueles sindicatos vizinhos pra vir ser da diretoria da Federação. É assim que funciona, tem que ter uma representatividade. O sindicato tem que ta forte, ele tem que estar bem representado naquele sindicato e aquele sindicato tem que estar destacado na região junto com os sindicatos vizinhos pra ele ter apoio pra vir pra Federação.

[Quanto] ao agricultor familiar, tem que ver se ele é patronal ou não. Se ele tem meeiros e essas coisas, vai ter dificuldades de se filiar aos sindicatos dos trabalhadores. Então pra se filiar ele tem que ser trabalhador rural mediante a lei, enquadrado na lei, mostrar a sua atividade rural. Agora vamos fazer de conta que eu sou meeiro, onde eu produzo no terreno de alguém e a metade que produzo é minha e a outra metade é dele; aí eu me enquadro no sindicato dos trabalhadores.

[Agora,] pra ele ser uma liderança, ele tem que ter uma ética, ele tem que ter mostrado lá no município dele, lá na comunidade que ele fez alguma coisa, pra até merecer ele ta nesse cargo, que é um cargo representativo, é

um cargo de representatividade (DSC: entrevistas realizadas entre outubro de 2008 a janeiro de 2009).

Em relação à conquista de espaço na FETAES, fica evidente que não basta a habilidade de articulação, sendo necessário que os membros adotem atitudes éticas e respeitem o conhecimento dos demais membros. Ainda em relação aos princípios, no discurso coletivo descrito abaixo, aparecem com destaque o comprometimento com a causa relacionada à defesa dos trabalhadores e a fidelidade à federação:

O valor que eu acho maior é ter amor pela causa e não vir aqui pelo salário, lógico que ninguém vive sem o salário, mas não vir pensando em salário. Isso são os princípios básicos, que é ter amor pela causa e saber que ele está aqui para defender os interesses de milhões lá na base e que depende da atuação política dele aqui para ajudar eles lá na base. Quando acontece um caso desse, quando uma pessoa faz alguma desobediência grave, se for de comum acordo do Conselho Deliberativo da Federação, que são todos os sindicatos reunidos, coloca ele no paredão e é cassado o mandato dele (DSC: entrevistas realizadas entre outubro de 2008 e janeiro de 2009).

A FETAES considera inaceitável que os seus membros não cumpram o papel relativo ao cargo que ocupam na federação e não valorizem o trabalho realizado pela federação pelos associados que, em alguns casos, seguem as orientações dos grandes proprietários. A falta de adequação aos princípios políticos por parte dos associados é motivo para a aplicação de penalidades que podem chegar à expulsão.

Além disso, também são considerados aspectos importantes, a honestidade não só em relação à federação, mas como algo que os representantes devem incorporar à sua vida pessoal, sendo presente a idéia de que a maioria dos trabalhadores rurais possui valores morais fortes com a predominância de relações de confiança e na credibilidade da palavra empenhada.

O discurso coletivo da FETAES demonstra preocupação em manter a regularidade administrativa da federação, embora possa adotar procedimentos que confirmam uma transparência ainda maior aos atos administrativos. Verifica-se um destaque para o fato de que, além do aspecto financeiro, a federação também necessita prestar contas de suas ações políticas:

Todo ano temos a prestação de contas. Nós temos uma Secretaria de Finanças, uma Equipe de Finanças e um Conselho Fiscal que senta todos os meses para analisar e avalia e fiscaliza todas as entradas e todas as saídas de recursos dos trabalhos de cada secretaria da Federação, assina todas as notas possíveis durante o mês [e] reprovam todas aquelas que eles achar que não condiz com a verdade. Nós prestamos conta ao movimento sindical uma vez por ano, mas temos todos os meses a prestação de conta aberta, a contabilidade é aberta para todos os sindicatos que quiser.

As contas são prestadas em um Conselho Deliberativo com representantes de todos os sindicatos filiados que, no caso, avalia as contas da Federação relativas ao ano fiscal em questão e vota a prestação de contas.

A FETAES tem também muitos convênios com o governo federal e do estado. Além de ser prestadas contas para o Conselho, é feita também a prestação de contas para o governo. E também temos a prestação de contas das ações políticas também. Fazemos a prestação de contas periódica, fazemos um planejamento, acho que tem uma transparência boa. [Mas] precisa melhorar cada vez mais; acho que até a maneira da gente apresentar isso, essa transparência poderia ser bem mais (DSC: entrevistas realizadas entre outubro de 2008 a janeiro de 2009).

A federação possui mecanismos de punição para os casos de improbidade administrativa, sendo ressaltado que as contribuições dos trabalhadores em muitos casos implicam em sacrifícios e, em caso de algum ato de desvio de recursos, os responsáveis são imediatamente afastados. Conforme descrito no discurso coletivo, a federação possui uma Comissão de Ética que investiga todas as denúncias:

Com certeza que ia ser uma reação muito forte de logo pensar em trocar a direção e montar novas chapas para as eleições. Se soubermos de desvios a reação é muito forte por que o nosso povo sabe que esse dinheiro é sofrido, é do agricultor mesmo e tem dinheiro que está aqui, questão de centavo, que tirou da boca dos trabalhadores; em vez de comprar um pão para os filhos, foi lá e pagou sua mensalidade. Isso ai no nosso meio não teria proteção [porque] se tiver um diretor dentro da Federação que desvia um recurso, acaba prejudicando o nome da entidade, iria atingir a entidade como um todo e então ia dar um problema sério. [Então,] seria punido na hora; iria ter cassação de mandato, ia ter talvez até destituição da própria diretoria toda e ia ter que ter um jeito pra devolver isso aos cofres da

Federação ou até mesmo aos trabalhadores. Eu posso dizer que já pegamos e expulsamos dirigente sindical e estão respondendo processo; inclusive, da própria Federação tem diretor que saiu e deixou débito e o processo está tramitando até hoje.

O que acontece muito, e a gente não admite de maneira nenhuma, é a questão de desvio de dinheiro, prestação de contas de sindicatos montadas falsas, o diretor que teve enriquecimento ilícito, desvio de dinheiro mesmo. [Então,] com certeza aplicaríamos o que está previsto no Estatuto Social de nossa entidade [e] o que está previsto em lei. Isso, de desvio, tem acontecido em alguns sindicatos e a Federação foi pra lá e fez cumprir o estatuto, onde afastou aquele diretor; apura-se a quantidade e ele é obrigado a devolver. A Federação recebe aqui a documentação contábil dos sindicatos, a prestação de conta [e] através da receita compara a previsão de contas. Às vezes tem sindicatos que fazem as coisas erradas, a Federação acaba descobrindo e vê que é grosseiro mesmo (DSC: entrevistas realizadas entre outubro de 2008 a janeiro de 2009).

4.5 – Considerações Finais

Através dos resultados obtidos é possível constatar que embora sendo motivo de intensos debates, ao longo dos anos, antigas questões ainda fazem parte da realidade da federação. A primeira refere-se ao segmento que representa, onde estão incluídos os pequenos agricultores, os meeiros, diaristas, assalariados rurais, acampados, assentados e os aposentados rurais, com interesses diversificados, o que a leva a elaborar uma extensa pauta de negociação para atender aos interesses específicos. Além disso, colocam como prioridades a reforma agrária e o fortalecimento da agricultura familiar, o que demanda uma atuação voltada para a comercialização e a organização da produção, aspectos que juntamente com a dificuldade em caracterizar o trabalhador rural têm se colocado como obstáculos para a organização no meio rural devido muitas vezes à incompatibilidade de interesses. Entretanto, os dados indicam que estas questões não são problematizadas na federação.

Especificamente no que diz respeito à reforma agrária, a FETAES adota como estratégia a ocupação de terra e os assentamentos, com a utilização de recursos governamentais. Tal postura parece confirmar a análise de Favareto (2006) que aponta uma tendência em substituir o projeto de uma reforma agrária ampla pelos assentamentos. O entendimento da FETAES é que a

reforma agrária é fundamental para diminuir os problemas da sociedade, afirmação presente também nos documentos da federação (Revista FETAES 40 anos, 2008). Esta questão aparece de forma ambígua no discurso coletivo considerando que inclui encaminhamentos extremamente diferenciados: um, implicando em ações políticas de contestação e ruptura e outro dentro dos limites colocados pelo Estado.

Outro aspecto que chama a atenção refere-se à consideração do grande proprietário como o principal obstáculo à organização dos trabalhadores rurais e ao alcance de conquistas fundamentais. Para Delgado (2008), a concentração da luta no campo baseada na polarização entre latifúndio e minifúndio simplifica a complexidade e heterogeneidade existente no campo, onde um grande contingente de pequenos produtores não tem a luta pela terra como prioridade, uma vez que estão integrados ao sistema agroindustrial, fazendo com que assuntos relacionados a preços, custos e produtividade tornem-se as preocupações fundamentais (ibidem). Além disso, a própria conceituação produtor rural é algo complexo, sendo que a categoria foi alvo de disputas tanto dos sindicatos patronais, como dos trabalhadores rurais.

Finalmente, chama a atenção, o relacionamento com a Federação da Agricultura e Pecuária do Espírito Santo – FAES, que representa os produtores rurais. Em sua relação com as demais instituições, a FAES aparece embora de forma mediana, como uma das instituições com as quais a FETAES se relaciona. Considerando que se trata de uma instituição patronal, que condena a atuação das organizações que atuam na ocupação de terras, fica a indagação sobre a real opção política da FETAES para a condução da reforma agrária no estado.

Por último e, ainda em relação à questão fundiária, não fica claro no discurso coletivo à relação da FETAES com o Movimento Sem Terra, que historicamente provocou um esvaziamento nas bandeiras de luta do sindicalismo rural, constituindo e agregando uma nova categoria – o sem terra – ao intrincado conjunto de segmentos do meio rural.

Referências

- BARROS, Fátima Regina. **A Organização Sindical dos Trabalhadores Rurais: Contribuição ao Estudo de Caso do Estado de São Paulo entre 1954 – 1964**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1986.
- COLBARI, Antonia. **Rumos do Movimento Sindical no Espírito Santo**. Vitória: EDUFES: Flor & Cultura, 2003.
- COSTA, L.F.C; MARINHO, J.A.M. **A formação do moderno sindicalismo dos trabalhadores rurais no Brasil**. In: COSTA, L.F.C, FLEXOR, G., SANTOS R. (Org.); **Mundo Rural Brasileiro - ensaios disciplinares**. Rio de Janeiro, Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2008.
- DELGADO, N.G. **Política Econômica, neoliberalismo e agricultura**. In: COSTA, L. F. C, FLEXOR, G., SANTOS R. (Org.); **Mundo Rural Brasileiro - ensaios disciplinares**. Rio de Janeiro, Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2008.
- FAVARETO, Arilson. **Agricultores, Trabalhadores. Os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 21, nº 62, outubro/2006.
- FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. **Revista FETAES 40 anos**, Edição Especial, 2008.
- _____. **Estatuto Social**, 2006.
- MEDEIROS, L. S. **Trabalhadores Rurais, Agricultura Familiar e Organização Sindical**. São Paulo em Perspectiva, 11(2) 1997.
- PALASSI, M. P., SILVA, M. Z., GONÇALVES, A. S. **Trajetórias, redes e poder: dilemas da (re) construção de estratégias sindicais no Espírito Santo**. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, Rio de Janeiro, 2009.
- PALMEIRA, M. **Modernização e Reforma Agrária**. In: COSTA, L. F. C, FLEXOR, G., SANTOS R. (Orgs.); **Mundo Rural Brasileiro - ensaios disciplinares**. Rio de Janeiro, Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2008.